

## **O Planejamento turístico sob o viés de planos e programas: O caso do destino turístico Paranaguá-PR**

DOI: 10.2436/20.8070.01.158

**Marcos Tonet Damas**

Mestre em Turismo, Universidade Federal do Paraná, (UFPR) Brasil.  
E-mail: [tonettur@yahoo.com.br](mailto:tonettur@yahoo.com.br)

**Luiz Ernesto Brambatti**

Doutor em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (UFRGS) Brasil.  
Professor do curso de Gestão de Turismo da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, UFPR, Brasil.  
E-mail: [lebramba@gmail.com](mailto:lebramba@gmail.com)

**Resumo:** A proposta deste artigo é identificar planos e programas relacionados ao destino turístico Paranaguá-PR, visando assim trazer entendimentos e análises pertinentes relacionadas ao planejamento turístico. Trata-se de um recorte da dissertação de mestrado do Programa de pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Paraná, intitulada: “A abordagem cultural no planejamento do destino turístico Paranaguá”. A estratégia metodológica para a realização deste artigo caracteriza-se com investigações bibliográficas e documentais, como pesquisa qualitativa e descritiva. O município é conhecido pela atividade portuária e destaca-se também por sua riqueza cultural e histórica, remanescente do período colonial, por meio de um patrimônio conservado, além do turismo cultural, tem-se que o turismo religioso, eventos e ecoturismo (Ilha do Mel), fazem parte do conjunto dos recursos e atrativos turísticos locais. Como resultado, obteve-se que Paranaguá passou por diversas administrações e gestões turísticas, mas, concretamente, o planejamento de turismo só ocorreu em 2013, com a implementação do Plano Master de Turismo de Paranaguá. Faltou a algumas gestões municipais de Paranaguá-PR um olhar responsável sobre as potencialidades turísticas existentes, que por muitas décadas veio passando por desenvolvimentos limitantes. Conclui-se que Paranaguá-PR tem forte potencial para o turismo mas peca por falta de um planejamento turístico adequado para seu desenvolvimento, sendo perceptível a falta de um olhar coerente, principalmente pela não continuidade de ações através de suas gestões municipais, planos e programas.

**Palavras-chave:** Turismo. Planejamento turístico. Destinos Turísticos. Políticas Públicas. Paranaguá-PR.

## 1 INTRODUÇÃO

Na evolução do turismo, mudanças e transformações interferem tanto direta quanto indiretamente em seu contexto, seja atrelado ao desenvolvimento da atividade turística, nas relações humanas, costumes, tecnologias, economia, perfil de turistas, seja por influência de ações de planejamento, dentre tantos outros fatores.

Desde o pós-guerra (relacionado ao período de 1950), a interpretação da atividade turística esteve direcionada quase exclusivamente para as oportunidades de oferecer e acelerar o processo de crescimento econômico em uma determinada região com vocação turística. Tal ação de ordem civilizadora se desenvolveu dentro do escopo de ação de uma ordem que defende o industrial, o econômico, o utilitário, acima do sensível e do humano (MOLINA, 2019).

Sobre o mesmo período, Barretto (2004) comenta que as expectativas em torno do turismo, do ponto de vista cultural, estavam centradas em suas potencialidades, visando promover o intercâmbio cultural entre visitantes e visitados, o conhecimento do outro, a consciência da alteridade e, como consequência, a paz mundial.

Tais paradigmas evolutivos, baseados na combinação de inter-relacionamentos entre tecnologia-produção-serviços — cuja composição integra diferentes práticas sociais, como herança histórica dos povos, um meio ambiente natural, as relações sociais de hospitalidade, e também as trocas de informações interculturais e interdisciplinares — tornam o turismo uma atividade complexa (BRAMBATTI, 2005).

Buscando maior compreensão sobre o turismo, Sampaio (2005) relata que é um fenômeno que pode ser observado sob diversos contextos: histórico, econômico-administrativo, filosófico-político-sociológico e ambiental, e todos interdependentes, mas interagindo mutuamente, ora se complementando, ora se contradizendo, cabendo, dessa forma, entender o turismo como uma complexidade sistêmica, como um fenômeno humano.

Molina (2003), em uma análise retrospectiva do turismo, afirma existir uma evolução onde vários fios condutores vão estabelecendo vínculos entre suas etapas, seja no deslocamento, no interesse em estar em contato com outras culturas, cenários naturais, na apreciação do patrimônio histórico, seja para conhecer pessoas.

Barretto (2010) ressalta que o planejamento deve estar orientado para melhorar a sociedade tomando em conta seu contexto. Na área do turismo, uma das tendências do século XXI é o planejamento com responsabilidade social; isso transfere a importância do projeto em si para o modelo da sociedade a que se pretende chegar, e ao conceito de ser humano e de natureza.

O presente trabalho tem tanto caráter qualitativo como descritivo, pois objetiva um entendimento de atividades sociais e humanas, a atividade turística, entendida como complexa e como fenômeno social.

De la Torre Padilla (1992) destaca que o turismo é um fenômeno social relacionado ao deslocamento temporário de indivíduos ou grupos por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Visto tal apresentação de aspectos sobre o turismo, este estudo visa estabelecer compreensões e análises frente a relevância que o planejamento tem sobre um destino turístico no qual reflete-se na execução de planos e programas. Para um planejamento turístico eficaz muitos fatores precisam estar coerentes, desde políticas públicas, inclusão de moradores, fatores econômicos, sociais, ambientais e principalmente

culturais, no qual todos devem estar inseridos integralmente, visando o pleno desenvolvimento.

Espera-se com este artigo ampliar o entendimento de experiências relacionadas ao planejamento turístico do destino turístico Paranaguá-PR, através de gestões municipais ao longo de várias décadas.

### 1.1 Objeto de estudo

Paranaguá, cidade litorânea cujo perfil portuário compõe sua identidade, é uma das mais antigas ocupações urbanas do período colonial brasileiro. Sobre seus primórdios de ocupação, destaca-se a família Gonçalves Peneda, que já possuía plantações no entorno da baía de “Pernagoá” e também nas margens do Rio Tacoaré, atual Itiberê, no período correspondente à segunda metade do século XVI. Considera-se Domingos Peneda como seu verdadeiro fundador. (ABRAHÃO; FELISBINO, 2016)

De acordo com Wilke (2006), Paranaguá foi a primeira vila fundada na região, e cresceu em torno da movimentação trazida pelo mar; mapas de 1520 já faziam referência à baía, que era habitada por índios Carijós, da família linguística Tupi-Guarani, e foi povoada por luso-brasileiros a partir de 1648.

Segundo dados do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) de 2007, o município de Paranaguá pertence à planície costeira paranaense, ligada à Microrregião Litorânea do Paraná, que está compreendida entre os paralelos 25°S e 26°S, tendo a Serra do Mar como limite a oeste, e o Oceano Atlântico a leste. Paranaguá tem latitude 25° 18’ 00” Sul e longitude 48° 21’ 00” W-GR, estando a 91 quilômetros de distância de Curitiba. Seu território estende-se por 826,65 km<sup>2</sup>: 665,83 km<sup>2</sup> de área continental e ilhas, e 160,82 km<sup>2</sup> que correspondem à água. A maior parte do território é constituída por planície aluvial de origem marinha, com intrusões de terrenos cristalinos mais antigos.

**Figura 1 - Localização geográfica do município de Paranaguá**



Fonte: PDDI (2007).

O município de Paranaguá possui localização estratégica no litoral paranaense, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018), a população é estimada em 152.975 habitantes e sua densidade demográfica é de 169,92 hab./km<sup>2</sup>.

**Figura 2 - Limites de Paranaguá com os municípios da região turística litoral do Paraná**



Fonte: Ipardes (2019)

Estades (2003) afirma que Paranaguá caracteriza-se como uma cidade portuária e concentra a maior parte da população e de atividades econômicas do litoral paranaense, abrigando o maior porto do Sul do Brasil, com exportações significativas de grãos. O autor destaca também que as atividades estão fortemente atreladas à economia do Estado, pois durante a década de 1960, destacava-se na exportação de café e madeira, refletindo o ciclo econômico vigente; posteriormente, com a implantação do corredor de exportação, ganhou força o segmento de granéis sólidos, consolidando-se com a cultura da soja.

Para Abrahão, Chemin e Gândara (2012), Paranaguá está configurada como município portuário responsável por sediar um dos portos mais importantes para a movimentação dos fluxos de comércio exterior brasileiro, porém tal característica, ao absorver a atenção de planos das atividades econômicas e políticas, acaba por enfraquecer o sentido de outras alternativas econômicas, que apontam para o desenvolvimento social e ecologicamente equilibrado, pois, enquanto o porto movimenta um volume cada vez maior de riqueza, observa-se a redução da capacidade da cidade de retê-la e transformá-la em fundamento para o desenvolvimento, com retornos sociais crescentes para a população local

Reforça-se a existência em Paranaguá de atrativos significativos, como a Ilha do Mel, baía de riqueza natural, eventos que fazem parte da cultura tradicional do município, como: Festa da Tainha, Encontro de Motociclistas Paranaguá Motos (Robalos Rebeldes), Carnaval, Banho à Fantasia, Festa do Santuário do Rocio; e também de sinais representativos histórico-culturais, como os edifícios históricos do Centro Histórico tombado, o Fandango e o Barreado, pertencentes a uma herança cultural do próprio litoral paranaense, que despertam atratividade e fazem parte da identidade parnanguara.

Sob o ponto de vista dos moradores de Paranaguá, apontado por Brambatti e Damas (2016), percebe-se a necessidade de formas e meios de desenvolver e ao mesmo

tempo resgatar questões que remetem à autoestima e à valorização da vida cotidiana, principalmente relacionada ao patrimônio histórico-cultural, material e imaterial e à valorização da identidade paranguara, vinculada à história da cidade, do porto, dos casarios históricos e do Fandango, e que irá repercutir no desenvolvimento turístico da cidade.

## 2 METODOLOGIA

Seguindo uma estrutura metodológica para estruturação e realização deste estudo, foram utilizadas algumas técnicas, relacionadas tanto a pesquisa documental como também bibliográfica, partindo de uma primeira abordagem de leituras com enfoque nas teorias, do planejamento, direcionando para o turismo, destinos turísticos e políticas públicas, como também nas análises de planos e programas que fizeram parte do planejamento do destino turístico Paranaguá.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, sabe-se que ela

[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. (GIL, 1999, p. 65).

Sobre a pesquisa documental, Gil (1999) afirma que ela segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, pois tem seu foco na exploração das fontes documentais, em grande número, podendo ser documentos oficiais, reportagens de jornais, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, como também relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas.

Para Richardson (1999), no que refere-se ao caráter qualitativo, alega que além de ser uma opção do investigador, tem-se o respaldo por ser uma forma adequada para entender a natureza como um fenômeno social, tanto para um melhor entendimento de problemas que podem ser investigados por meio de metodologia quantitativa, como em outros que necessitam outros enfoques.

Em relação ao entendimento sobre a pesquisa descritiva,

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Neste caso tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Por outro lado, há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias. (GIL, 1999, p. 7)

## 3 ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE PLANEJAMENTO E TURISMO

Barretto (2010) identifica que planejar o turismo significa atender de forma harmônica as necessidades dos sujeitos sociais provenientes de outro lugar em uma determinada sociedade receptora; assim como proporcionar o bem-estar dos sujeitos dessa sociedade que agrada as pessoas que estão buscando recreação e momentos de prazer, e que não querem se deparar com problemas do cotidiano.

De acordo com Mazaro e Trigo (2012), o turismo é um fenômeno com muitos fatores econômicos positivos, pois cria empregos, gera impostos e desenvolvimento, mas, se for mal planejado e implantado, pode ser fator de poluição, exclusão social, concentração de renda, aumento de prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes. A responsabilidade por todas essas questões não é algo exclusivo dos governos tanto nas esferas, federal, estaduais e municipais, mas da sociedade civil organizada como um todo.

Petrocchi (2002) afirma que na elaboração de um estudo de planejamento estratégico, além da necessidade de conhecer o mercado no passado e no presente, surge a necessidade de prever o mercado no futuro; o passado e o presente mostram as características e o comportamento do mercado na função tempo.

Gastal e Silveira (2010) comentam que o turismo, quando planejado de forma responsável e estratégica e com a participação de moradores, proporciona benefícios e desenvolvimento para uma determinada região, é uma atividade geradora de divisas e movimentada setores da economia, criando oportunidades de emprego e a melhora da qualidade de vida da população local, proporcionando o intercâmbio cultural e estimulando a preservação e conservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e natural, além das manifestações da cultura imaterial.

No mesmo viés teórico, Brusadin (2005) destaca a importância do planejamento turístico como gestão participativa e descentralizada para a construção de espaços dignos de vida humana, onde o turismo como um todo deve ser sensível às necessidades locais, e precisa, a longo prazo, ser aceito pela comunidade se quiser manter sustentabilidade econômica por um longo período de tempo.

Beni (2006) menciona que as políticas e objetivos estabelecem as direções para o planejamento e gestão do turismo, que se alicerçam em necessidades identificadas dentro das restrições de mercado e de recursos. Além dessas políticas tem-se orientações específicas para a gestão permanente do turismo, abrangendo inúmeros aspectos operacionais da atividade.

Para que um planejamento funcione em sua essência, há necessidade de plena execução e entendimento de suas etapas, processos, metas e objetivos estipulados. Souza Junior (2017, p. 41) alega que “O planejamento é um processo ordenado e sistematizado de produção de bens, produtos e serviços, que vem a contribuir para transformações da realidade existente, de acordo com os objetivos de desenvolvimento desejados pelos atores envolvidos”.

Gândara e Ruiz (2013) afirmam que o planejamento urbano baseia-se em um ponto de vista contemporâneo em que os processos de produção, estruturação e apropriação do espaço urbano se relacionam, e refletem sobre o poder de atuação do órgão planejador em todo esse processo.

No planejamento existem muitas abordagens e formas de melhor delinear os objetivos necessários para cada contexto e realidade. Então,

É possível afirmar que o planejamento é um método científico de investigação para o conhecimento, mudança e avaliação da realidade

sociocultural. Num contexto científico, para chegar a reconhecer, mudar e avaliar a realidade, é necessário organizar e conduzir previamente um processo de observação, registro e dedução de fenômenos e fatos que sirvam para identificar e estabelecer hipóteses que, por sua vez, sejam comprovadas ou rechaçadas pela observação e experimentação. Se estas hipóteses resistem à comprovação, servirão de base para a elaboração de leis, das quais surgirão, numa ordem dedutiva, teorias e modelos. (MOLINA, 2001, p. 71).

Sancho (2001) acredita que a Organização Mundial do Turismo (OMT) funciona como um fórum global para questões de políticas e como fonte de conhecimento prático sobre o turismo. No entanto, declara que é notória a necessidade de efetuar o devido planejamento em um determinado espaço, município ou região turística para que assim possa chegar a ter um valor importante turisticamente, e, por consequência, ser relevante dentro da economia local da região em que se insere.

Molina (2001) alega que o planejamento é resultado de um processo lógico de pensamento, no qual é percebido e promove a mudança em muitos fatores, ligados a questões tanto culturais, sociais, psicológicas, político-legais, ecológicas e econômicas.

Ribeiro (2011) informa que um dos maiores desafios para os gestores de turismo é atrelar os conceitos e teorias às novas técnicas e ferramentas do planejamento e gestão para que o turismo desenvolva-se de modo satisfatório, considerando os aspectos sociais e econômicos em um modelo de reorganização territorial abrangente, considerando seus particulares.

Portanto, é lícito observar como o planejamento turístico precisa estar em equilíbrio com outros aspectos para o seu desenvolvimento. Com esse entendimento, considera-se que

Na área do planejamento turístico, o foco tem sido tradicionalmente, os códigos de zoneamento para a utilização do solo, o desenvolvimento de localidades, a regulamentação de acomodações e construções, a densidade do desenvolvimento turístico, a apresentação de características turísticas culturais, históricas e naturais e a provisão de infraestrutura, incluindo estradas e sistemas de saneamento básico. (HALL, 2001, p. 23).

Domareski (2011) destaca que um dos pontos relevantes do planejamento turístico é o esforço de coordenar ações de diferentes níveis tanto da administração federal, quanto estadual e municipal, para que não ocorra a dispersão de esforços e recursos, pois o turismo exige dos gestores públicos ações que tenham como foco não só objetivos econômicos que desejam alcançar, mas também a observação de outros aspectos, como a preservação da identidade cultural e a sustentabilidade ambiental.

Ruschmann (2002) defende que nos estudos sobre planejamento turístico buscase um equilíbrio entre os aspectos físicos e as considerações econômicas, tendo como enfoque tanto os aspectos urbanísticos relacionados tanto a análise e avaliação dos recursos turísticos, o que resulta na necessidade e criação de um plano diretor, como também enfoque de política econômica, em que metodologias e técnicas utilizadas experimentalmente em que outros campos da atividade econômica se adaptem para o turismo.

Ignarra (2013) afirma que o planejamento participativo busca envolver o processo de elaboração do diagnóstico, principalmente na formulação das estratégias em seu desenvolvimento, concentrando-se um número possível de atores, não só autoridades locais responsáveis pelas políticas de turismo como também demais autoridades ligadas tanto ao meio ambiente, cultura, infraestrutura básica, ensino e capacitação, saúde e segurança pública, empresariado e a classe trabalhadora do setor, e os representantes locais e da sociedade organizada.

Nesse sentido, os gestores municipais das áreas voltadas ao turismo precisam se esmerar no planejamento turístico, desenvolvendo ações não somente visando interesses econômicos, mas também benefícios que envolvem fatores culturais, ambientais e sociais.

### 3.1 Planejamento e políticas públicas

Ceretta, Fritzen e Rudzewicz (2015) alegam que o Plano Nacional de Turismo (PNT), atualizado nas versões 2007-2010 e 2013-2016, consolidaram a Política Nacional de Turismo, definindo as diretrizes para o desenvolvimento do turismo no Brasil. Elaborado a partir da integração entre o governo federal, a iniciativa privada e o terceiro setor, no que se refere aos destinos turísticos o PNT direciona as ações e projetos locais e define as estratégias para o turismo nacional, em virtude da dimensão e diversidade do território brasileiro, e o incentivo governamental voltado à estruturação da oferta, considerando a importância da dimensão regional como base essencial ao planejamento, ordenamento e a própria promoção do desenvolvimento territorial de forma integrada.

As primeiras iniciativas de planejamento do turismo no Brasil surgiram ainda nos anos 1960.

No Brasil, as primeiras iniciativas de fomento ao turismo nacional mostraram-se pontuais e desarticuladas, datando da década de 1930. Apenas recentemente, especificamente a partir da década de 1960, sobretudo em 1990, com a criação de algumas iniciativas, é que se pode falar no caso brasileiro, de um planejamento mais consistente e contido com relação a atividade turística, principalmente porque faltava ao setor um vínculo institucional estável em um órgão da administração pública e uma política articulada. (LIMA, 2017, p. 16).

Lima (2017) destaca que durante o Regime Militar, na década de 1960, foi criada a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), o Conselho Nacional de Turismo e a Política Nacional do setor, que, aliás, não chegou a ser implementada; é sabido que até a década de 1980 as únicas ações realizadas no país envolviam investimentos relacionados ao parque hoteleiro.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) instituiu-se uma Política Nacional de Turismo (1996-1999), considerando a relevância que o turismo assumiu no mundo como uma atividade econômica (LIMA, 2017). Nesse período Implementou-se o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)<sup>1</sup>, que tinha

<sup>1</sup> O Ipardes (2008) cita que a evolução da visão sistêmica do turismo no Brasil vem ao encontro da evolução e apropriação do conceito de turismo nas políticas públicas, pois as primeiras políticas voltadas ao turismo tinham como foco o turismo receptivo, posteriormente o produto turístico veio a ser priorizado no Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Os roteiros e os produtos consolidados



sido desenvolvido pela Secretaria Nacional de Turismo e Serviços, do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo no Governo de Itamar Franco (1992-1994).

Fazendo uma análise geral do tempo de duração do PNMT, Brusadin (2005) destaca como relevantes o ponto de vista dos gestores do programa, pois o sucesso é medido em termos quantitativos, e o número de municípios brasileiros que aderiram ao programa, pelas oficinas que foram realizadas. Já em uma abordagem qualitativa, entretanto, o autor defende que seria preciso considerar questões como a criação de Conselhos Municipais de Turismo e a realização de Planos Diretores, que se tornaram inviáveis devido à falta de participação efetiva da sociedade na formulação do Conselho e ao fato de muitos municípios que aderiram necessitarem de auxílio técnico na terceira fase do programa.

Com o desdobramento do PNMT, em 2004 foi criado o Programa de Regionalização do Turismo (PRT)<sup>2</sup>, e a partir de tal criação desenvolveram-se muitas ações dentre elas a formatação do projeto “65 destinos indutores do turismo nacional”. O programa passou por uma avaliação em 2010, em que foram constatadas várias debilidades e problemas na implementação, principalmente relacionados à gestão pública. Dentre eles, a descontinuidade administrativa nos âmbitos nacional, estadual e municipal; para rever tal situação foram feitos ajustes na concepção estratégica com o objetivo de apoiar a estruturação e promoção do turismo no país (LIMA, 2017).

Foi nesse contexto de planejamento de políticas públicas que Paranaguá foi escolhido como um dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil.

O Programa de Regionalização do Turismo criado em 2004 foi reformulado em 2013, quando foram definidos seus oito eixos de atuação que orientam as ações de apoio à gestão, estruturação e promoção do turismo nas regiões e municípios, destacando-se:

- gestão descentralizada do turismo;
- planejamento e posicionamento de mercado;
- qualificação profissional dos serviços e da produção associada;
- empreendedorismo, captação e promoção de investimentos;
- infraestrutura turística;
- informação ao turista;
- promoção e apoio à comercialização;
- monitoramento.

Guerrier, Robertson e Tyler (2001) afirmam que a evolução do planejamento turístico está diretamente ligada ao desenvolvimento e à análise política, pois grande parte das decisões que moldam tal natureza do desenvolvimento turístico de determinada cidade não é tomada apenas por planejadores, mas por políticos e outras partes interessadas no assunto. Os políticos e demais influenciadores são os

---

que representam o esforço de integração das atividades da cadeia do turismo em determinados territórios foram privilegiados pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT) presente no Plano Nacional do Turismo de 2008-2011. Nessa perspectiva, os municípios brasileiros foram integrados em 200 regiões turísticas, em que 65 destinos tiveram atenção prioritária pelo Ministério do Turismo.

<sup>2</sup> A transição do PNMT para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil permitiu uma nova configuração na política nacional do turismo e possibilitou uma maior integração entre as esferas municipal e regional, ou seja, abriu espaço para cada município interagir, complementar e compartilhar propostas com outros municípios que compõem uma região turística. A partir daí, os municípios deixam de atuar isoladamente (Programa de Regionalização do Turismo, 2007, p. 22).

responsáveis pela formatação dos objetivos que norteiam os planos e a natureza da participação pública, fornecendo assim os valores políticos e sociais dessa sociedade; estes valores podem ser capazes de levar à aceitação ou não dos processos finais.

Visando aprofundar o entendimento de tal contexto, buscou-se a percepção de outros autores, das quais destacam-se, por exemplo:

As políticas públicas destinadas ao desenvolvimento do turismo deverão conceber dentro do plano nacional, políticas, planos, programas, projetos que orientem os municípios a trabalharem de forma integrada com as demais políticas públicas, como por exemplo, da área da educação e da cultura. Desta forma, o planejamento dos municípios enquanto destinação turística deverá estar embasado em técnicas capazes de modificar uma realidade, o que implica na aceitação de que um fenômeno socioeconômico, assim como um conjunto de ações, pode não transcorrer de acordo com o esperado, portanto é necessária, através do planejamento, a precisa orientação. (SOUZA, 2011, p. 29).

Ceretta, Fritzen e Rudzewicz (2015) entendem que a gestão pública do turismo tem como papel essencial estar ciente de suas limitações, e precisa orientar e fiscalizar suas atividades voltadas ao turismo, para que o benefício não seja apenas de turistas e da iniciativa privada, mas de todos os moradores.

Entende-se que muitas vezes as políticas públicas tornam-se um verdadeiro obstáculo para o planejamento e a concretização de ações, visto que sua real intenção deveria impulsionar para o progresso e desenvolvimento.

As políticas públicas e tais realidades precisam ser coerentes e estar em concordância, pois seu desenvolvimento não acontece de forma isolada e sim quando existe uma integração entre muitas esferas, na compreensão e análise de fatores que vão desde questões sociais, ambientais, econômicas e principalmente culturais.

### 3.2 Planejamento de destinos turísticos

No contexto que envolve o planejamento voltado aos destinos turísticos, Valls (2006) define como um destino turístico qualquer unidade territorial que tenha vocação para o planejamento, dispondo de capacidade administrativa para seu desenvolvimento. Os destinos podem englobar uma ou várias nações, estados, sub-regiões, uma ou várias comarcas, uma ou várias províncias, um lugar, um grupo de municípios, um município, um lugar, uma comunidade, priorizando-se que cada uma dessas unidades de gestão turística se configure de acordo com suas características históricas, geográficas, antropológicas ou sociológicas, como também qualquer outro motivo que possa vir a relacioná-la com a atividade turística.

Domareski (2011) destaca que o planejamento em toda sua extensão está ligado à identificação de fatores competitivos de mercado e ao seu potencial interno, objetivando metas e planos de ação, resultando em vantagem competitiva para um destino turístico. Assim, o processo administrativo proporciona uma sustentação metodológica direcionando a melhor forma de aplicação, sendo uma importante ferramenta a ser utilizada na gestão de destinos turísticos.

Gândara (2004) destaca que na competitividade dos destinos turísticos os turistas têm cada vez mais poder de decisão. Através de um acesso mais rápido e fácil, as mudanças cada vez mais variáveis e menos fiéis aos destinos tradicionais, buscam novas alternativas de destino, produtos mais integrados e até mesmo a combinação de vários destinos.

Valls (2006) refere-se a quatro funções atreladas a um destino turístico:

- qualidade de vida de seus cidadãos: relaciona-se ao uso do espaço, relacionado tanto a vivência, desenvolvimento cultural e formação, atividades de lazer, diversão, esportes, lazer e o turismo;
- competitividade internacional: sobre atrair capitais, tecnologias e redes, atrair turistas e visitantes;
- desenvolvimento econômico superior: voltado ao equilíbrio entre rentabilidade econômica, social (para os próprios moradores) e ambiental (valorização do território e do patrimônio);
- satisfação: desenvolver experiências voltadas à satisfação dos consumidores internos e externos, relacionada a produtos de natureza, patrimônio, cultura, esporte, aventura, descanso, cuidados corporais, relação com as pessoas, etc., convenientemente estruturados.

A qualidade de vida da população local no planejamento de destinos turísticos é um dos pilares cruciais, pois é o reflexo que terá com o próprio turismo, podendo tanto ser positivo como negativo, conforme a percepção do próprio planejamento para tal. Gândara (2004) admite que cada vez mais a população local adquire importância na qualidade esperada de um destino turístico e impacta de forma significativa a imagem do local e a própria hospitalidade ao turista, sendo estas características mais positivas, ao mesmo tempo em que se busca um diferencial ao relacionar a qualidade de um destino turístico.

Dialogando com outros autores sobre a importância do papel da população local, enfatiza que

A população local é um componente fundamental na qualidade de um destino turístico, e para tal, é necessária a conscientização da mesma com respeito sobre a importância da atividade turística e da necessidade de manter sua cultura e tradições. (GÂNDARA, 2004, p. 74).

Ignarra (2013) destaca que o planejamento turístico refere-se diretamente ao desenvolvimento de destinos turísticos, pois implica impactos nos atrativos locais e nos serviços turísticos, na infraestrutura da região e na vida dos moradores. Portanto, sua eficácia é diretamente proporcional ao grau de envolvimento dos atores da vida local.

Em relação aos desafios existentes para os destinos turísticos,

Tendo em vista o contexto competitivo atual e futuro para os destinos turísticos, seja ele um país, uma região ou uma localidade, os determinantes e condicionantes de sucesso e os atributos de especialidade para orientar a decisão estratégica parecem já identificados e definidos. O desafio aos destinos e o seu futuro está na

adequada identificação e estudo destes atributos e de como cada um deles se apropria deste conhecimento e o transforma em inteligência competitiva. (MOZARO; TRIGO, 2012, p. 505).

Entende-se, portanto, que no planejamento de um destino turístico todas as etapas precisam estar alinhadas, tanto no acompanhamento de inovações quanto na sua relação com a dinâmica que envolve a realidade local.

#### 4. ANÁLISES DE PLANOS E PROGRAMAS DO DESTINO TURÍSTICO PARANAGUÁ-PR

Paranaguá passou por diversas administrações e gestões turísticas municipais, no entanto, o planejamento turístico vinha sofrendo influências de instrumentos, como os planos diretores, o tombamento estadual e o federal, e atividades executadas pela própria esfera municipal como também pelo próprio âmbito federal. No quadro abaixo tem-se em ordem cronológica os programas e planos relacionados ao planejamento turístico de Paranaguá.

**Quadro 1 - Cronologia de programas, planos relacionados ao destino turístico Paranaguá-PR**

Ano	Ações desenvolvidas
1969	-Elaboração do 1º Plano Diretor de Paranaguá
1990	-Tombamento Estadual do Centro Histórico de Paranaguá - Criação da FUNCULTUR
1993	-E agora? Projeto Onze
1997	-Programa de Restauração de Imóveis do Centro Histórico de Paranaguá
2000	-Formação do Conselho Municipal de Turismo -Criação da FUMTUR E FUMCUL
2002	-Criação do Fundo de Desenvolvimento do Turismo (FUNDETUR)
2007	-Elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI)
2009	-Tombamento Federal do Centro Histórico de Paranaguá -PAC Cidades Históricas
2013	-Plano Master de Turismo de Paranaguá
2015	-Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)

Fonte: O autor (2019).

##### 4.1 Plano diretor municipal de Paranaguá 1969

Para Kersten (1998), após a década de 1950, Paranaguá começou a crescer rapidamente. Havia, no entanto, o risco de perder totalmente as antigas edificações

coloniais e as tortuosas ruas e vielas da cidade antiga. Para frear tal ação, foi criado então o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Lei nº 773/69), que destacava a importância da preservação do Centro Histórico Colonial, que abrangia os numerosos sobrados e as igrejas.

Para a elaboração do Plano, o Estado firmou um convênio com o Município de Paranaguá, envolvendo, além da Prefeitura, a Superintendência do Porto e a Universidade Federal do Paraná, com o intuito de um projeto completo que incluía o planejamento da área urbana, pretendendo preservar a memória histórica impressa nas edificações.

Como embasamento específico, a Lei nº 773/69<sup>3</sup> traz no capítulo II, art. 4º, dentre diretrizes básicas a serem seguidas, itens relacionados ao contexto do turismo:

Art. 4º - Os principais objetivos estabelecidos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento de Paranaguá são: I - Consolidar a posição tradicional de Paranaguá como centro da região do litoral; II - Capacitar Paranaguá a se tornar um centro de atração turística, com aproveitamento de sua paisagem urbana e natural; III - Assegurar estrutura urbana adequada ao crescimento demográfico previsto, e às funções turísticas do município; IV - Estimular as relações comunitárias, favorecendo a sociabilidade dos moradores, através da organização de seus equipamentos físicos e sociais; V - Incentivo a formação de uma consciência coletiva em relação aos problemas de saúde, e assistência social; VI - Modernização da administração municipal, capacitando-a a se tornar um agente promotor do desenvolvimento em nível local; VII - Ampliação da rede escolar e aprimoramento do sistema, proporcionando oportunidade de escolarização e de formação adequada a totalidade de população em idade escolar; VIII - Adoção de medidas capazes de liberar Paranaguá de sua estrutura econômica monodependente, através do desenvolvimento da agricultura do extrativismo e do turismo.

Sobre a implantação do primeiro Plano Diretor em Paranaguá, Jabur (2015) esclarece que para a elaboração teve-se o apoio do professor José Loureiro Fernandes, e de um arquiteto belga a serviço da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que veio até Paranaguá com o objetivo de elaborar o primeiro plano que delimitou o setor histórico do município.

Assim, o Plano Diretor de Paranaguá foi instituído pela Lei nº 773, de 12 de setembro de 1969 e nos anos 1970 já eram percebidos seus efeitos, principalmente no que tange ao turismo. Em 1974 a Embratur classificou Paranaguá como cidade histórica, incluindo-a nos roteiros no sul do Brasil. Uma revista de circulação estadual, *Paraná em Páginas*, teve como tema, em julho de 1975, a cidade de Paranaguá associando-se ao turismo e às atividades portuárias. As matérias e as campanhas publicitárias retratam, como imagem da cidade, o Porto e a Rua da Praia. (JABUR, 2015, p. 161).

<sup>3</sup> Lei nº 773/1969. Relacionada a criação do primeiro Plano Diretor de Paranaguá.

Jabur comenta que “os anos de 1969, 1990 e 2009 são momentos chave para entendermos de que maneira o Centro Histórico foi delimitado, primeiro com o Plano Diretor, depois com o tombamento estadual, e por fim com o tombamento federal” (2015, p. 25).

Nardi (2011) ressalta que o tombamento estadual do Centro Histórico de Paranaguá, ocorrido em 22 de dezembro de 1990, trouxe alterações na Lei Municipal nº 773/1969, através da Lei 01/1990, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que diminuiu significativamente a área preservada, pois não estava comprometida com a preservação; e que a demolição do edifício *Palais Royal* causou grande reação popular surgindo um movimento denominado “SOS Paranaguá”, que coletou muitas assinaturas em favor da preservação arquitetônica e urbana da cidade.

Sobre os problemas nesse período, Nardi continua:

O ato de tombamento estadual do Setor Histórico de Paranaguá, em 1990, não foi indutor de intervenções positivas no sentido da conservação e preservação de edificações e espaços públicos contidos no perímetro protegido. Ao contrário, o tombamento provocou uma reação de abandono daquela área por parte da municipalidade, que segundo relatos da época não recolhia o lixo, nem trocava lâmpadas queimadas na área, evidenciando seu descontentamento com a nova situação. Conjuntura que se modificou somente em 1993, no início da gestão do prefeito Carlos Antônio Tortato, que criou uma estrutura própria para tratar as questões patrimoniais e contratou o arquiteto Luiz Marcelo Bertoli de Mattos, que à época trabalhava na Secretaria de Estado da Cultura e, antes de assumir o cargo na prefeitura de Paranaguá, fez o Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no qual desenvolveu o Programa de Recuperação do Setor Histórico de Paranaguá, que embasou diversas iniciativas municipais ao longo da década de 1990. (NARDI, 2011, p. 93).

Kersten (1998) defende que, apesar do tombamento estadual do Centro Histórico de Paranaguá, reflete-se uma falta de cuidado referente à riqueza cultural dos exemplares arquitetônicos existentes, pois foram edificados em um tempo em que a cidade centralizava as principais expressões políticas, culturais e econômicas do Estado. A autora destacava a situação em que se encontravam nessa década os antigos casarões que margeiam o rio Itiberê, em estado deplorável, apenas suas fachadas mantinham-se em pé, e gradativamente a cidade perdia as características que a tornaram única no cenário nacional.

Nardi (2011) assegura que no ano de 1993 começaram a ser realizadas ações educativas conduzidas pelo IPHAN, Secretaria da Cultura e Prefeitura Municipal de Paranaguá, que trouxeram estudantes da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Estadual de Londrina (UEL) que realizaram levantamentos para elaboração de propostas para os edifícios existentes no Centro Histórico de Paranaguá. Os resultados eram expostos em espaços públicos, como largos e praças onde estavam os edifícios estudados para que a população percebesse que era possível melhorar seu aspecto, caso fossem seguidas as normas de preservação. Sobre os benefícios ocasionados por tal ação, Nardi comenta:

O cenário se modificou somente quando a Prefeitura Municipal decidiu investir na recuperação da área, demonstrando seu comprometimento com a preservação do patrimônio cultural. Em uma primeira fase, que correspondeu à gestão do prefeito Carlos Antônio Tortato (1993-1996) foram feitas intervenções na área do aterro; e nos edifícios da Estação Ferroviária, Mercado do Café, Mercado do Artesanato e Palácio Visconde de Nacar. Na segunda fase, que correspondeu às duas gestões do prefeito Mário Manoel das Dores Roque (1997-2004), os investimentos foram de grande vulto, buscando a revitalização da área. Entre as ações que foram executadas estão: a execução do projeto da Praça de Eventos 29 de Julho; a recuperação da Rua General Carneiro e do Antigo Cais, com a colaboração do governo do Estado; a restauração de edifícios como a Casa Elfrida Lobo, a Casa Cecy, o Sobrado do Largo da Matriz, entre outros. Alguns investimentos foram realizados pelo governo estadual, como no caso da restauração do Instituto de Educação Dr. Caetano Munhoz da Rocha; outros obtiveram investimento privado, como a restauração da Igreja de São Benedito, financiada pelo Grupo Medianeira. (NARDI, 2011, p. 94).

Feldens, Fiori e Rodrigues (1998) citam que no período da gestão municipal 1997-2000, foi criado o Programa de Restauração de Imóveis do Centro Histórico de Paranaguá. Na primeira etapa do programa, a prefeitura disponibilizou cerca de R\$ 3 milhões para projetos de reforma e restauro. O objetivo era o resgate das casas e sobrados da Rua da Praia, visando restaurar pelos menos 60 imóveis do Centro Histórico. Na primeira fase realizou-se a recuperação da Casa Elfrida Lobo. Entre as ações do projeto também consta a reforma da cobertura de igrejas do século XVIII e as obras do aterro do mercado, ao longo do Rio Itiberê.

A elaboração do primeiro plano diretor foi um passo significativo diante da posição de desenvolvimento e importância econômica e cultural que o município já representava. No entanto, por suas limitações, o plano trouxe suporte necessário para ações concretas que só foram de fato ter resultados a partir de 1990 com o tombamento estadual do centro histórico. Entre 1993 e 2004 o Setor Histórico de Paranaguá teve investimentos consideráveis para a preservação de seu patrimônio histórico cultural.

No tocante ao turismo relacionado ao plano diretor, cita-se o reconhecimento na época, pela própria EMBRATUR, de Paranaguá como cidade histórica, pelas suas paisagens urbanas e pelo potencial histórico e cultural que de fato era perceptível.

Na sequência, apresenta-se o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), que trouxe maior representatividade a Paranaguá em direção a um desenvolvimento inclusivo e integrado.

#### **4.2 Plano diretor de desenvolvimento integrado 2007**

Segundo o PDDI (2007), mesmo tendo havido uma proposta de Plano Diretor em 1990, ele não foi efetivado, e até 2007 o município de Paranaguá não contava com um plano específico para seu desenvolvimento urbano.

O Plano Diretor tornou-se público com a aprovação da Lei nº 2.830/2007, desde 2005 vinham sendo realizadas reuniões com moradores de Paranaguá objetivando a conscientização para a necessidade de definir diretrizes para elaboração do plano diretor. Numa segunda etapa foi realizada a coleta de informações sobre as necessidades locais.

Segundo dados do PDDI (2007), na divisão administrativa que se tem do litoral paranaense existe uma tipologia de municípios, definidos como: município portuário-histórico, município de turismo de veraneio e município rural. Paranaguá é identificado como município portuário-histórico.

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) enfatiza sobre os objetivos do PDDI quanto aos aspectos de turismo e patrimônio cultural:

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá, Lei complementar nº 60, foi aprovado em agosto de 2007 e, embora não trabalhe diretamente a política do turismo como segmento econômico relevante, traz em seu conteúdo a preocupação em equacionar a urbanização, com a função logística intermodal, a fragilidade ambiental e o patrimônio cultural. No capítulo II define como princípios, entre outros, a “sustentabilidade ambiental” e a “preservação do patrimônio natural e cultural”. Para este último a lei estabelece como objetivos: - garantia de integridade do patrimônio natural e cultural do município; incorporação da proteção desse patrimônio natural e cultural ao processo permanente de planejamento e ordenação do território; - aplicação de instrumentos normativos, administrativos e financeiros para viabilizar sua gestão; - conscientização da população sobre a necessidade da proteção e recuperação dos valores culturais e ambientais; - impedimento ou controle do funcionamento e da implantação ou ampliação de construções ou atividades que comportem risco efetivo ou potencial de dano à qualidade de vida e ao patrimônio natural e cultural. (PDITS, 2015, p. 146).

No que se refere ao Patrimônio Cultural de Paranaguá, o PDDI (2007) estabeleceu diretrizes em conjunto com a população sobre o território parnanguara, valorizando referências, relações sociais e contribuições para a formação do patrimônio paranaense. Na sequência, os itens como foram subdivididos:

- o Centro Histórico tombado;
- o conjunto dos bens imóveis dispersos pela malha urbana e suas diferentes formas de organização de desenho urbano;
- a área do Santuário do Rocío, sua relação com a paisagem continente/baía e o seu significado simbólico;
- o Porto como gerador de riqueza e área de interesse de contemplação;
- o Distrito de Alexandra;
- o Patrimônio Natural – a Serra do Mar, as ilhas, o manguezal;
- o Patrimônio Cultural – as festas e tradições.

O PDDI afirma que a economia do município de Paranaguá é contemplada com setor de serviços, particularmente de serviços turísticos: “O município de Paranaguá, por exemplo, conserva características da colonização portuguesa, notadamente nas tradições culturais, folclóricas e religiosas manifestadas principalmente através do ‘fandango’, quermesses paroquiais e procissões solenes” (PDDI, 2007, p. 282).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado trouxe um panorama que contempla aspectos tanto ambientais, sociais, culturais e turísticos, e agrega aos gestores



maior responsabilidade frente ao cenário em que o município de Paranaguá de fato se inseriu nos primeiros anos do século XXI.

Vale destacar a forma com que o plano abordou o potencial histórico cultural, tratado de maneira coerente e responsável, valorizando o papel que os moradores tiveram durante o processo de sua elaboração.

### 4.3 PAC Cidades Históricas

O PAC Cidades Históricas<sup>4</sup> (2009) surgiu de uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos.

Leal (2017) destaca que, lançado oficialmente em outubro de 2009, o PAC Cidades Históricas foi aberto a todos os sítios e conjuntos urbanos tombados ou em processo de tombamento em nível federal, como também a municípios com lugares registrados ou em processo de registro como Patrimônio Cultural do Brasil. Objetivando a elaboração de Planos de Ação, o PAC Cidades Históricas nasceu sob a tutela do IPHAN, com maior visibilidade e diferencial para a execução de Planos de Ação para, propriamente como o nome afirma, as cidades históricas.

Nesse primeiro momento do Programa, o PAC Cidades Históricas compreendia ações em 173 cidades do país. No Paraná as cidades incluídas foram: Antonina, Castro, Curitiba, Guaratuba, Lapa, Paranaguá<sup>5</sup> e Morretes.

O tombamento do Centro Histórico de Paranaguá ocorreu no mesmo ano:

Na reunião realizada no dia 3 de dezembro de 2009, na cidade mineira de São João Del Rei, o Conselho Consultivo do Iphan aprovou, por unanimidade, o tombamento do Centro Histórico de Paranaguá. Com isso a cidade passa a ter o reconhecimento nacional de sua importância histórica. O centro histórico já era considerado área de proteção rigorosa desde 1967, pelo Plano Diretor da cidade, e em 1990 foi realizado o tombamento estadual. “Agora acontece o reconhecimento

<sup>4</sup> As cidades históricas e os monumentos protegidos conferem identidade a cada um dos milhares de lugares do Brasil e caracterizam nossa cultura, pois são responsáveis pelos aspectos simbólicos do conjunto urbano brasileiro. A diversidade do patrimônio brasileiro construído referencia o desenvolvimento histórico da nação, delinea os ciclos econômicos e as transformações sociais e culturais. O reconhecimento das personalidades, dos movimentos sociais, das comunidades que protagonizaram nossa história, ampliam nossos horizontes e nos fazem perceber que preservar o patrimônio não é apenas olhar para o passado, mas pensar nas coisas que devem fazer parte do futuro. Trata-se da afirmação dos valores essenciais formadores da diversidade nacional na aplicação de políticas públicas integradas como estratégia de aprofundamento da agenda social e promoção da cidadania e do desenvolvimento econômico. (PAC CIDADES HISTÓRICAS, 2009, p. 7).

<sup>5</sup> No dia 21 de outubro de 2009 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o PAC Cidades Históricas, um projeto articulado pela Casa Civil, coordenado pelo Ministério da Cultura (MinC) por meio do Iphan, e prevê parcerias dos Ministérios do Turismo, da Educação e das Cidades, Eletrobrás, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Petrobrás, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil – BNB, além de envolver governos estaduais e municipais e iniciativa privada. A solenidade foi realizada na cidade mineira de Ouro Preto e contou com a presença do superintendente do Iphan no Paraná José La Pastina Filho, da Secretária de Estado da Cultura Vera Mussi, do prefeito de Antonina Carlos Augusto Machado e de Paranaguá José Baka Filho.

nacional do valor, não só daquela arquitetura, como também das características paisagísticas e urbanísticas da cidade”, ressalta o superintendente do Iphan no Paraná José La Pastina Filho. (LAMBREQUIM, 2009).

Nas ações iniciadas em 2009 relacionadas ao PAC Cidades Históricas, segundo informações levantadas no *site* da prefeitura de Paranaguá<sup>6</sup>, em 2010 foi assinado um acordo entre o prefeito do município e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para liberação da verba de R\$ 40 milhões de reais. Paranaguá foi o primeiro município do Paraná a assinar o acordo com o IPHAN, e entre as ações destacadas para a execução estavam a restauração de prédios históricos, como a Casa Elfrida Lobo, o Clube Republicano, o Palácio São José, e a conservação da Fortaleza da Ilha do Mel, além de disponibilização de cartilhas para as turmas de 1ª a 5ª séries do ensino fundamental sobre educação patrimonial. Foi destacado na assinatura do acordo que era um conjunto de metas a serem executadas até 2014, com o objetivo de resgatar e manter viva a história de Paranaguá.

Galão (2011) destaca que a escolha de Paranaguá como um dos 65 destinos indutores de turismo, defendendo que tal inclusão deu-se devido à Ilha do Mel, e que o tombamento federal do Centro Histórico era um motivo ainda mais especial para comemoração. A reportagem ainda ressaltava que no final de 2010, através do PAC Cidades Históricas, Paranaguá deveria receber investimentos aproximados de R\$ 41,8 milhões até 2013 para a preservação do patrimônio cultural local, e que entre as ações a serem desenvolvidas na cidade estavam previstos projetos e obras de diversos imóveis públicos no Centro Histórico. Ainda nas ações relacionadas a Paranaguá, destaca-se que:

'Até para antecipar as obras do PAC das Cidades Históricas, o Iphan tem feito ações em Paranaguá. Concluímos a restauração da Casa Dacheux, onde a prefeitura vai manter um restaurante-escola (além da Casa da Memória). Também fizemos a recuperação do antigo Mercado do Peixe. Antes, ali funcionava um mercado de artesanato. A prefeitura negociou com os arrendatários e eles ganharam boxes em outro mercado da cidade. O local foi liberado e nós o restauramos. A ideia é voltar a ser um mercado de artesanato. Também já teve início a restauração do Palacete Mathias Bohn, que pertence ao Governo do Paraná e deve receber estruturas do Iphan, da Prefeitura de Paranaguá e outros órgãos públicos. Além disso, está sendo elaborado um plano de mobilidade e acessibilidade para o Centro Histórico, a cidade está se preparando para aproveitar esse potencial turístico. (GALÃO, FOLHA DE LONDRINA, 2011)

Leal (2017) destaca que no desenvolvimento do PAC Cidades Históricas em 2009 através de Planos de Ação, em nível nacional houve avanços substantivos, porém com entraves relacionados ao isolamento histórico dos órgãos locais de preservação. Muitos problemas foram verificados relacionados à capacidade técnica das prefeituras, com limitações para promover e manter a participação da sociedade, não só no quesito de formulação de planos, mas em especial na implementação e gestão deles.

<sup>6</sup> PAC CIDADES HISTÓRICAS. Paranaguá é a primeira cidade a assinar o acordo com o IPHAN.

Tanto a inclusão de Paranaguá no PAC Cidades Históricas em sua primeira fase como o tombamento federal de seu Centro Histórico, ambos em 2009, e, ainda a inclusão da cidade nos 65 destinos indutores, trouxeram significativas atenções e benefícios para Paranaguá. Desde o início dos anos 2000 seu contexto direcionado ao turismo e seu potencial histórico cultural não tinha tido tanta abrangência e visibilidade.

#### 4.4 Plano Master de Turismo de Paranaguá-PMTP 2013

Cabe ressaltar que antes de 2013 Paranaguá passou por tentativas de elaboração de um plano de turismo, mas de fato nenhuma delas obteve sucesso, pois tais investidas ficaram incompletas, inacabadas e até mesmo fora de contexto. O atendimento efetivo da proposição teve início no ano de 2002, através da Lei nº 2.298, de 16 de outubro<sup>7</sup>, que em seu Art.º 4 define as competências do Conselho Municipal de Turismo:

- I - elaborar o Plano de Turismo do Município e encaminhá-lo para aprovação do Prefeito Municipal; II - aprovar as diretrizes e normas para a gestão do Fundo; III - coordenar, incentivar e promover o turismo no Município de Paranaguá; IV - fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo; V - estudar e propor à Fundação Municipal de Turismo "Dr. Joaquim Tramuja" - FUMTUR, medidas de difusão e amparo ao turismo, em colaboração com os órgãos e entidades no Município;
- VI - promover junto à comunidade, com ênfase nas instituições educacionais campanhas no sentido de incrementar o turismo no Município;
- VII - propor medidas de aprimoramento de desempenho do Fundo, bem como outras formas de atuação, visando a consecução da Política de Turismo no Município.

Em 2013 foi elaborado pela Fundação Municipal de Turismo (FUMTUR) o Plano Master de Turismo de Paranaguá<sup>8</sup> (PMTP), com o objetivo específico de tratar as potencialidades turísticas do município.

No atendimento das necessidades apontadas para a elaboração do Plano Máster de Turismo de Paranaguá 2013-2020, adotou-se uma metodologia que iniciou pela identificação do cenário atual da situação que o turismo apresenta, procurando-se identificar os principais atrativos culturais e naturais, infraestrutura turística e calendário de eventos acompanhado da caracterização geral do Município. As informações foram coletadas através de pesquisas de fontes secundárias, visitas e observações *in loco*, entrevistas, uso da técnica de "turista oculto" e reuniões técnicas. Com base nestes dados, foram apontadas algumas situações potenciais nos setores da cadeia produtiva do turismo, que serviram para dimensionar a atividade e subsidiar o diagnóstico e o estabelecimento do cenário atual. (PARANAGUÁ, PMTP, 2013, p. 11).

<sup>7</sup> Lei nº 2.298, de 16 de outubro de 2002. Elaboração do plano de Turismo de Paranaguá.

<sup>8</sup> Plano Master de Turismo de Paranaguá-PNMT. Período de 2013-2020.

O plano traz um panorama que apresenta Paranaguá geograficamente, politicamente e socialmente, o que permite ao leitor uma percepção considerável sobre seu contexto geral e também para o turismo, no qual tem seu foco.

No que se relaciona às potencialidades turísticas, o PMTP destaca os naturais e as culturais, e aponta detalhadamente tais características, com informações sobre os atrativos relacionados ao turismo cultural.

Sobre o desenvolvimento da atividade turística sustentável, recorde-se que nesse período Paranaguá já fazia parte dos 65 destinos indutores do turismo, e dentre as ações que o plano estabeleceu, estava a realização de pesquisa de demanda com passageiros de navios de cruzeiro que atracavam em Paranaguá, e ações a serem desenvolvidas para o turismo local, aproveitando o potencial existente para o desenvolvimento de roteiros de Turismo histórico-cultural, de Cruzeiros e Náutico, Ecoturismo, Turismo de Aventura, Religioso, Rural, Gastronômico e de Eventos e Negócios. Porém, o documento ressaltava as limitações para a execução dessas ações, como as condições do terminal turístico de passageiros para a atracagem de cruzeiros no Porto de Paranaguá.

Para melhor entendimento sobre suas diretrizes, o PMTP<sup>9</sup> informava:

As diretrizes propostas foram elencadas em 7 Eixos estratégicos e a sua execução em prazos, sendo curto prazo para 2015, médio para 2016/2017 e longo para 2018/2019. Considerando o objetivo do desenvolvimento sustentável do turismo através do Plano Master de Turismo, as diretrizes compostas por inúmeras ações que servirão como apoio técnico para a FUMTUR e o Conselho Municipal de Turismo. (PARANAGUÁ, PMTP, 2013, p. 29).

Dentre as ações propostas, teve início em 2013 o projeto de conscientização turística realizado nas escolas municipais de Paranaguá<sup>10</sup>: “teve seu lançamento no auditório do Camboa Resort Hotel, no qual contou a participação de 300 professores da rede municipal de ensino do município de Paranaguá que receberam uma palestra voltada a sensibilização para tratar o tema em sala de aula”. De acordo com a mesma reportagem, um dos objetivos principais foi destacar que Paranaguá tem potencial para explorar o turismo, e o projeto estava diretamente ligado aos fatores essenciais para uma mudança de paradigma da população local para a valorização do turismo, a autoestima e a identidade local.

Diante disso, o destino turístico Paranaguá ganhou representatividade com a criação do plano específico em 2013. Mesmo assim percebeu-se durante a pesquisa que o turismo veio se desenvolvendo com ações voltadas ao planejamento turístico e diretrizes que foram sendo seguidas ao longo do tempo como, por exemplo, na década de 1990, pelos reflexos que o PNMT trouxe para o desenvolvimento turístico nesse período, visto os projetos, programas e ações para o turismo no município.

Iniciativas anteriores, como o Projeto Onze, trabalhavam mais a educação patrimonial e turística, e não constituíram planos específicos de turismo. Outras

<sup>9</sup> Plano Master de Turismo de Paranaguá-PMTP. Realizado pela gestão municipal de 2013-2016, o plano tem ações e programas a serem executados até o ano 2020, e seus principais objetivos consistem em apontar eixos estratégicos e diretrizes para a atividade turística ordenada, com foco em metas e resultados comprometidos com a qualidade de vida da população local e a capacidade competitiva de Paranaguá enquanto um dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil.

<sup>10</sup> Lançamento do projeto de conscientização turística nas escolas de Paranaguá.

iniciativas buscavam adaptar Paranaguá no contexto, não deixando grandes contribuições.

Quanto ao Plano Master de Turismo de Paranaguá, com a mudança de gestão municipal no início de 2017, com a FUMTUR deixando de existir e a criação da Secretaria de Cultura e Turismo (SECULTUR) apesar de ter trazido um diagnóstico consistente do turismo em Paranaguá, não apresentou continuidade, abandonando-se as diretrizes planejadas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que o turismo se desenvolve, melhores resultados se apresentam no contexto social, não apenas em interesses econômicos, mas no desenvolvimento em seu sentido mais amplo, devendo, portanto, haver consonância entre gestão municipal, estadual e federal, para um planejamento responsável do desenvolvimento turístico.

Observa-se que a plena execução de planos e programas atrelado ao planejamento turístico é um norteador que condiz com o próprio desenvolvimento de um destino turístico, mas que de fato precisa estar em sintonia com seu real potencial e ao mesmo tempo o equilíbrio e responsabilidade, em consonância com políticas públicas responsáveis e coerentes com a realidade, principalmente frente às novas tendências do turismo, cujo viés assume maior responsabilidade quanto ao próprio planejamento.

As políticas públicas devem ser complementadas com planos, programas e projetos concretos e que tenham continuidade efetiva, e, acima de tudo, que a atuação dos gestores mostre sensibilidade para que o turismo de fato se desenvolva, com um olhar analítico sobre fatores históricos do município. As marcas deixadas pela evolução histórica, como o ciclo do ouro, a escravidão, as condições territoriais e de poder do porto existente, apresentam impactos muitas vezes mais negativos que positivos sobre o desenvolvimento do turismo em Paranaguá.

A atividade turística não pode ser vista como suntuosa ou caprichosa, pois é uma necessidade que, além de sua influência sociocultural, é capaz de produzir grandes mudanças. É importante que planejadores e empreendedores realizem projetos enquadrados em parâmetros de sustentabilidade, endogeneidade e participação, que facilitem o direcionamento de ações precisas, além de evitar erros do passado (MOLINA, 2019).

Vale salientar que cada localidade, cada destino turístico, tem uma forma de se desenvolver e de evoluir, de acordo com sua realidade, principalmente pelos interesses que cercam as gestões municipais. Essas questões geram interferências em Paranaguá de contextos sociais, políticos, ambientais, fatores culturais e principalmente a identidade portuária, que acaba por depreciar o potencial turístico existente, quando poderiam ser aliados, objetivando um desenvolvimento principalmente sustentável e coerente com planejamento turístico.

Analisando todos os itens destacados, recorda-se a visão de Molina (2019) ao afirmar que o entendimento que envolve o turismo deve se mover em paralelo com a história, tendo um monitoramento permanente das mudanças que ocorrem, visto que os estudiosos devem empenhar-se em estabelecer linhas de pesquisas e entendimentos do fato turístico que permitam perceber as mudanças históricas, evitando estudos obsoletos.

Faltou a algumas gestões municipais de Paranaguá-PR um olhar responsável sobre as potencialidades turísticas existentes, que por muitas décadas veio passando por

desenvolvimentos limitantes, sendo perceptível a falta de um olhar coerente e responsável.

Constatou-se neste estudo que Paranaguá-PR tem forte potencial para o turismo mas peca por falta de planejamento adequado e visão sistêmica para seu desenvolvimento, principalmente pela não continuidade de ações através de suas gestões municipais, planos e programas.

## 6. REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, C. M. S.; CHEMIN, M.; GÂNDARA, J. M. G. A oferta turística de Paranaguá (PR): uma análise de atrativos e equipamentos de hospedagem. **Revista de Cultura e Turismo**, v. 6, n. 4, outubro 2012.

ABRAHÃO, C. M. S.; FELISBINO, J. N. **Ilha dos Valadares. História, cultura e meio ambiente**. Curitiba, 2016.

BARRETTO, M. Relações entre visitados e visitantes: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Turismo em Análise**, v. 15, n. 2, p. 133-149, novembro 2004.

BARRETTO, M. **Turismo urbano: estratégias de planificación**. In: RIBEIRO, M. Olhares sobre o patrimônio cultural. Reflexões e realidades. Porto Alegre: Asterisco, 2010.

BENI, M. C. Política e planejamento estratégico no desenvolvimento sustentável do turismo. **Turismo em Análise**, v. 17, n. 1, p. 5-22, maio 2006.

BRAMBATTI, L. E. Racionalização, cultura e turismo em meio rural na serra gaúcha. **Tese (Doutorado em Sociologia)** - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BRAMBATTI, L. E.; DAMAS, M. T. Território, turismo e identidade. Percepção de moradores da cidade portuária de Paranaguá-PR. **Artigo científico (Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar)**, Universidade Federal do Paraná, 2016. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/53913>>.

BRUSADIN, L. B. Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 87-111, 2. sem. 2005.

CERETTA, C. C.; FRITZEN, F. M.; RUDZEWICZ, L. Uma proposta de planejamento turístico e sua aplicação em Pelotas, RS. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, 7(3), p. 423-439, jul-set. 2015.

DE LA TORRE PADILLA, O. **Él turismo fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

DOMARESKI, T. C. A competitividade das destinações turísticas. O caso de Foz do Iguaçu (PR), Brasil. **(Mestrado em Turismo e Hotelaria)** - Programa de Pós-

graduação em Turismo e Hotelaria. Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Balneário Camboriú/SC, 2011.

ESTADES, N. P. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 8, p. 25-41, jul./dez. 2003.

FELDENS, C.; FIORI, J. A.; RODRIGUES, J. C. **Paranaguá 350 anos: 1648-1998**. Paranaguá: Imagem, 1998.

GALÃO, F. **O Renascer de uma cidade**. Folha de Londrina. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cadernos-especiais/o-renascer-de-uma-cidade-734866.html>. Acesso em: Janeiro de 2019.

GÂNDARA, J. M. G. La Calidad y la Competitividad de los Destinos Turísticos Urbanos. **Turismo - Visão e Ação**, v. 6, n. 1, jan./abr. 2004.

GÂNDARA, J. M. G.; RUIZ, T. C. D. A relação entre o planejamento urbano e a competitividade dos destinos turísticos. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, 7(2), p. 260-280, maio/ago. 2013.

GASTAL, S.; SILVEIRA, G. T. **Turismo em cidades históricas: emprego e renda em Tiradentes/MG**. In: RIBEIRO, M. Olhares sobre o patrimônio cultural. Reflexões e realidades. Porto Alegre: Asterisco, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRIER, Y.; ROBERTSON, M.; TYLER, D. **Política e planejamento**. In: GUERRIER, Y.; ROBERTSON, M.; TYLER, D. (orgs). Gestão de turismo municipal. Teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos. 2. ed. São Paulo: Futura, 2001.

JABUR, R. S. Paranaguá: identidade e preservação. **Tese (Doutorado em Arquitetura)** - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2015.

HALL, C. M. **A tomada de decisão política e o planejamento centralizado** – Darling Harbour, Sidney. In: GUERRIER, Y.; ROBERTSON, M.; TYLER, D. (orgs). Gestão de turismo municipal. Teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos. 2. ed. São Paulo: Futura, 2001.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Senac, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População de Paranaguá**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranagua/panorama>. Acesso em: mar. 2018.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Cadeia produtiva do turismo no Paraná**. Estudo da Região Turística do Litoral. Curitiba, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **PAC Cidades Históricas-Paranaguá-PR.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/O%20Lambrequeim%20-%20boletim%20informativo%202010.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

KERSTEN, M. C. A. Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990. **Tese. (Doutorado em História).** Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

LEAL, S. F. PAC-CIDADES HISTÓRICAS: implicações e repercussões de uma política pública federal de preservação. **Dissertação (Mestrado em Arquitetura)** - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

LIMA, R. M. M. Turismo, políticas públicas e desenvolvimento: uma avaliação do Programa de Regionalização do Turismo nas cinco regiões turísticas do Rio Grande do Norte. **Tese. (Doutorado em Ciências Sociais)** - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017.

MATTOS, L. M. B. **Patrimônio histórico.** Revista O Itiberê. Paranaguá, III fase, v. 77, jul. 1996.

MAZARO, R., TRIGO, L. G. G. Movimentos globais e cenários em Turismo: uma realidade dinâmica, uma viagem ao futuro. **Revista Turismo em Análise**, v. 23, n. 3, dez. 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **PAC Cidades Históricas:** patrimônio, desenvolvimento e cidadania. Brasília: MinC. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cidades%20Hist%C3%B3ricas%20-%20Noticias%201%202009.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo.** Disponível em: <[http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros\\_brasil/acao\\_municipal\\_para\\_a\\_regionalizacao\\_do\\_turismo.pdf](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/acao_municipal_para_a_regionalizacao_do_turismo.pdf)>. Acesso em: dezembro 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo.** Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-aco-es-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html>>. Acesso em: dezembro 2018.

MOLINA, M. E. Un acercamiento teórico a la significación del turismo desde lo fenomenológico. **PASOS, Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, v. 17, n. 1, p. 9-23, Enero-Abril 2019.

MOLINA, E. S. **Planejamento integral do turismo:** um enfoque para a América Latina. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MOLINA, S. **O pós-turismo.** São Paulo: ALEPH, 2003.



MTUR. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável**. Polo Turístico do Litoral Paranaense. Curitiba: MTur, 2015.

NARDI, L. Centro Histórico de Paranaguá-PR: usos e sentidos na cidade contemporânea. (**Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade**). Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

PARANAGUÁ. Prefeitura Municipal. **LEI Nº 773/1969. Plano Diretor de Paranaguá**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/1969/77/773/lei-ordinaria-n-773-1969-fica-instituido-a-plano-diretor-de-paranagua-e-aprova-as-suas-diretrizes-basicas-constantas-da-presente-lei-de-acordo-com-os-documentos-que-o-acompanham-como-parte-integrante-e-complementar>>. Acesso em: out. 2018.

PARANAGUÁ. Prefeitura Municipal. **Plano Master de Turismo em Paranaguá-PMTP**. Período de 2013-2020. Disponível em: <<http://www.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/fumtur/plano-master-turismo-paranagua.pdf>>. Acesso em: mar. 2018.

PARANAGUÁ. Prefeitura Municipal. **LEI Nº 2.298. Elaboração do plano de turismo de Paranaguá**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2002/230/2298/lei-ordinaria-n-2298-2002-autoriza-o-poder-executivo-a-instituir-o-fundo-de-desenvolvimento-de-turismo-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: nov. 2018.

PARANAGUÁ. Prefeitura Municipal. **PAC CIDADES HISTÓRICAS. Paranaguá é a primeira cidade a assinar o acordo com o IPHAN**. Disponível em: <[http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias.php?noticia\\_id=2028](http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias.php?noticia_id=2028)>. Acesso em: mar. 2018.

PARANAGUÁ. Prefeitura Municipal. **LANÇAMENTO DO PROJETO DE CONSCIENTIZAÇÃO TURÍSTICA NAS ESCOLAS DE PARANAGUÁ**. Disponível em: <<http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias/noticia5812.html>>. Acesso em: jan. 2018.

PETROCCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão**. 6. ed. São Paulo: Futura, 2002.

RIBEIRO, R. M. Sistema de planejamento do turismo – proposição de uma ferramenta de planejamento turístico e territorial com foco em Guaratuba – PR. **Tese. (Doutorado em Geografia)** – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUSCHMANN, D. **Turismo no Brasil. Análise e tendências**. São Paulo: Manole, 2002.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANCHO, A. **Introdução do turismo**: Organização Mundial do Turismo. São Paulo: Roca, 2001.

SOUZA JUNIOR, S. V. A percepção dos gestores públicos e privados de destinos no Brasil e México, sobre a importância de contar com indicadores que permitam avaliar o planejamento, gestão e controle do turismo em destinos. **Dissertação. (Mestrado em Turismo)** - Programa de Pós-graduação em Turismo, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SOUZA, S. do R. de. O patrimônio histórico da Lapa como representação social: algumas aproximações entre a geografia e o turismo. **Tese (Doutorado em Geografia)** Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

UFPR. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá-PDDI**. v. I. Análises Temáticas e Diagnósticos, 2007.

VALLS, J. F. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. Tradução Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WILKE, E. P. Dos fatores limitantes ao desenvolvimento sustentável: alternativas planejadas para o turismo em Paranaguá, PR. **Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo)** –Programa de Mestrado em Cultura e Turismo, Universidade Federal da Bahia.

***Tourism Planning under the bias of plans and programs: The case of the tourist destination Paranaguá-PR***

**Abstract:** *The purpose of this article is to identify plans and programs related to the tourist destination Paranaguá-PR, using resources and statistics related to tourism planning. This is a master's dissertation process of the Graduate Program in Tourism of the Federal University of Paraná, entitled: "A cultural approach in the planning of the tourist destination Paranaguá". A methodological strategy for this article, including bibliographic and documentary research, such as qualitative and descriptive research. The city is known for its port activity and is also known for its cultural and historical richness, reminiscent of the colonial period, through its conserved heritage, as well as cultural tourism, cultural tourism, religious tourism, events and ecotourism (Ilha do Mel), they are part of the local set of features and tourist attractions. As a result, the use of Paranaguá went through various tourist administrations and managements, but concretely, or tourism planning that occurred in 2013, with the implementation of the Paranaguá Master Tourism Plan. Some municipal administrations of Paranaguá-PR, a responsible person responsible for the existing tourist potentials, lacked because many people went through limited developments, being noticeable the lack of a coherent and responsible look, or what caused a lack of adequate economic and economic planning, In other words, this study shows that Paranaguá-PR has a strong potential for tourism,*

*but it lacks planning and systemic vision for its development, mainly by investigating actions involving its municipal gestures, plans and programs.*

**Keywords:** *Tourism. Tourism planning. Tourist destinations. Public policy. Paranaguá-PR.*

Artigo enviado em 12/08/2019. Aceito para publicação em 22/11/2019